

Supervisão Escolar: histórico, função e estado do conhecimento

School supervision: history, role and state of knowledge

La supervisión escolar: historia, función y estado del conocimiento

Adrielen Larissa Zamboni Correia¹

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi²

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade apresentar um estudo que teve por objetivo verificar a produção científica que trata sobre a supervisão escolar e quais são as temáticas mais discutidas em teses e dissertações, referentes ao mesmo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, do tipo Estado do Conhecimento, no banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), utilizando como descritor o termo “supervisão escolar”, para na sequência proceder da análise, bem como tematizar os resultados encontrados. Pretendeu-se com esse estudo verificar, analisar, categorizar sobre a supervisão escolar nas teses e dissertações encontradas e apresentar quais temáticas proeminentes. Conclui-se que poucas pesquisas discutem acerca da temática de supervisão, mesmo que em muitas regiões ainda se utiliza essa nomenclatura, e em um número menor pelo viés das políticas educacionais, dado que aponta a necessidade premente de discussões sobre a função desse profissional como partícipe da gestão escolar.

Palavras-chave: Supervisão Escolar; Estado do Conhecimento; Função do Supervisor.

Abstract

The present work aims to present a study that was done to verify the scientific production about the school supervision and what the most discussed topics are in theses and dissertations about the referred subject. To achieve this, a bibliographic research was done, based on the State of Knowledge, in the database of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (in Portuguese IBICT) using the term “school supervision” as a descriptor to, subsequently, proceed an analysis, as well as to establish the found-out results. Moreover, another aim of this study was to analyse, verify and categorize about the school supervision in other theses and dissertations, and to present which are the outstanding issues. Therefore, the conclusion is that a few researches really discuss about the school supervision subject, even though many places still use this nomenclature, and a small number of them considering educational policies, datum that points the paramount necessity of discussion about the role of this professional as a participant of the school management.

Keywords - School Supervision; State of Knowledge; Supervisor’s Role.

¹ Psicóloga e graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná- Campus de União da Vitória. E-mail: adrielenzamboni@hotmail.com

² Doutora em educação. Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná- Campus de União da Vitória. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Práxis Educativa (GEPPRAX). E-mail: aecmari@gmail.com

Resumen

El presente trabajo tiene como finalidad presentar un estudio que tuvo como objetivo verificar la producción científica que trata sobre la supervisión escolar y cuáles son los temas más discutidos en tesis y disertaciones, referentes a la misma. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica, del tipo Estado del Conocimiento, en la base de datos del Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología (IBICT), utilizando el término "supervisión escolar" como descriptor, a fin de proceder con el análisis, así como la forma de tematizar los resultados encontrados. El objetivo de este estudio fue verificar, analizar, categorizar sobre la supervisión escolar en las tesis y disertaciones encontradas y presentar cuáles son los temas destacados. Se concluye que pocos estudios abordan el tema de la supervisión, a pesar de que esta nomenclatura todavía se utiliza en muchas regiones, y en menor número debido al sesgo de las políticas educativas, ya que apunta a la necesidad urgente de discusiones sobre el papel de este profesional como participante de la gestión escolar.

Palabras clave: Supervisión Escolar. Estado del conocimiento. Función del supervisor.

Introdução

Ao pensar acerca da supervisão escolar³, logo lembra-se daquele profissional da escola, que possui múltiplas funções e afazeres, que sempre está pronto a auxiliar todos. Mas precisamos parar e refletir, qual a verdadeira função do supervisor na instituição de ensino. Ele é somente um auxiliar dos professores e alunos ou ele discute políticas, organiza formações continuadas e discussões que possibilitam melhorias no ensino e aprendizagem.

Rangel (2001) comenta que o supervisor escolar compõe a equipe docente e gestora e sua atuação se difere dos demais, visto que possui um trabalho específico na coordenação, seja nas atividades didáticas, curriculares e também na promoção de oportunidades coletivas, que devem favorecer momentos de discussões e formações. Ou seja, dentre todos os afazeres que o supervisor é designado na escola, cabe a ele ser um profissional reflexivo, repassando isto para a equipe, com o intuito de melhorias no diálogo, ensino e aprendizagem, organização da instituição, entre outras questões.

Levando em consideração o papel do supervisor, este profissional deve estar incluído no coletivo dos professores e realizar um trabalho em grupo a partir da sua função. Freire

³ O intuito do presente texto não é uma discussão sobre a nomenclatura, mas sim problematizar a função, que em muitas regiões são designadas como supervisores escolares, o profissional que tem como atribuição auxiliar na práxis pedagógica.

(1982, p.94) descreve que “o supervisor é um educador e, se ele é um educador, ele não escapa, na sua prática, a esta natureza epistemológica da educação”. Diante disto, percebe-se que o supervisor não é somente um fiscalizador, mas deve atuar coletivamente, com a participação integral de todos para que seja possível realizar melhorias no âmbito pedagógico. Sendo assim, supervisionar necessita de planejamento coletivo, com avaliação, discussões em um viés democrático, com suporte da gestão escolar.

Por outro lado, sabe-se que o supervisor escolar é considerado o “faz-tudo” das instituições escolares e que dispõe de poucos documentos acerca desta função. Neste sentido, analisar como esse profissional está sendo retratado nas pesquisas é salutar, para tanto, a problemática desse trabalho é: quais as principais temáticas pesquisadas nos programas de pós-graduação, mais especificamente mestrado e doutorado, sobre supervisão escolar?

Diante o exposto, o presente trabalho tem por finalidade apresentar um estudo que teve por objetivo verificar a produção científica que trata sobre esse profissional da educação e quais as temáticas mais discutidas em teses e dissertações, referentes ao mesmo.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica do tipo Estado do Conhecimento, no banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no campo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com a palavra-chave “supervisão escolar”, para na sequência proceder da análise, bem como categorizar os resultados encontrados. A fundamentação teórica que ancorou as reflexões sobre os dados analisados teve como autores: Freire (1982); Rangel (2001); Gaspar, Seabra e Neves (2012); Andrade e Anjos (2007); Carlos, Lodi (2012); Pimenta (2000); Libâneo (2001, 2006); Morosini e Fernandes (2014); Zanlorenzi (2018), dentre outros.

Pretende-se, com esse estudo, analisar e verificar quais temáticas se sobressaem sobre o supervisor escolar, com a pesquisa de estado do conhecimento, bem como como essa função é compreendida, dando subsídios para futuras discussões e pesquisas.

Breve histórico da supervisão escolar

A partir das considerações de Gaspar, Seabra e Neves (2012, p. 30), “[...] o termo supervisão integra dois étimos com raiz latina: “super” (com o significado de “sobre”) e “vídeo” (com o significado de “ver”) [...] que resulta de interpretação linear “olhar de ou por cima”. Ou seja, a função do supervisor enquadra-se basicamente em fiscalizar, controlar,

avaliar e impor algo aos alunos, mas também orientar e liderar, acompanhando o andamento das atividades na escola.

Neste sentido, “a supervisão pode ser entendida como uma visão aprofundada, reflexiva e com sentido autocrítico do contexto circundante, mas também voltada para o interior com vista a compreender o significado da realidade [...]” (GASPAR SEABRA; NEVES, 2012, p. 30). O profissional encarregado desta tarefa, deverá sempre atuar de acordo com a realidade em qual está inserida a instituição escolar, refletindo e questionando sobre o como pretende agir, quais são seus objetivos ao tomar determinada ação, mas principalmente, deve estar ciente de qual é a sua real função dentro de uma instituição de ensino.

Analisando sobre o contexto histórico da supervisão, Rangel (2001, p. 69) descreve que esta “surgiu no período de industrialização, tendo em vista a melhoria quantitativa e qualitativa da produção”, sendo que na indústria e no comércio adotavam-se medidas e técnicas para melhorar o lucro, desempenho, qualidade do trabalho e produto, dentre outros fatores que contribuía, naquela época, com a consolidação do capitalismo. Com o passar do tempo, a supervisão expandiu-se além das indústrias, visto que esta era uma função que proporcionava maiores desempenhos em diversos sistemas, como militar, político, esportivo e também no âmbito educacional.

Inicialmente, quando o sistema educacional do período de industrialização optou pela supervisão nas escolas, buscava apenas um melhor desempenho nas tarefas educativas, em que os responsáveis por supervisionar deveriam desempenhar técnicas que eram utilizadas na indústria e no comércio. Portanto, cabe salientar que neste período, ainda não se utilizava o termo supervisor, mas sim inspetor, o qual realizava as funções citadas anteriormente, seja nas indústrias ou nas escolas.

No Brasil, em 1827, quando foram criadas as escolas de primeiras de letras, ainda era prevalente o modelo de inspeção baseado no vigiar e punir os alunos (ANDRADE; ANJOS, 2007), todavia, ainda não se utilizava o termo “supervisor”, somente inspetor. O termo inspetor persistiu por um longo período na função de supervisionar, inspecionar, vigiar, reprimir e punir, com o intuito de fazer com que os alunos e professores acatassem a todas as normas e moralidades impostas pela escola daquela época. Este ato, conseqüentemente fazia com que todos se tornassem submissos, sem poder questionar, infringir ou contestar o que não concordavam.

No século XVIII e XIX, “a supervisão manteve-se dentro de uma linha de inspecionar, reprimir, checar e monitorar” (RANGEL, 2001, p.69). O inspetor, desse período, apenas julgava, condenava os comportamentos e não executava ações em prol de melhorias. Em 1841, a inspeção começou a ter olhares e objetivos voltados ao ensino, mas é somente em 1875, que o foco se voltou para as atividades docentes, como os professores atuavam e se não fugiam dos preceitos determinados pela escola daquele período.

No final século do século XIX e início do século XX, a inspeção levava em consideração os padrões de comportamentos estabelecidos e definidos, analisando o rendimento escolar e eficiência do ensino. A partir disto, essa função, realizada ainda pelo inspetor, se propõe a transmitir, explicar, mostrar, impor, julgar e compensar pressupostos a fim de melhorar o ensino e aprendizagem, mas sempre levando em consideração os objetivos e determinação da escola. Ainda neste período, a supervisão, sendo função do inspetor, no Brasil era caracterizada por fiscalizar a matrícula dos alunos, as condições do prédio, assiduidade dos professores, além de outras atividades do cotidiano escolar.

Em meados de 1930, a supervisão volta-se para um sentido de liderança e cooperação, valorizando a tomada de decisões em grupo (RANGEL, 2001). Com isso, a educação inicia um processo mais autoritário, em que se ouvia a opinião dos demais, mas as decisões finais eram tomadas por aquelas que compunham os maiores cargos. Nesta mesma época, surge a prática da Orientação Educacional nas escolas brasileiras, como descrevem Andrade e Anjos (2007, p. 4018):

[...] a prática da Orientação Educacional nas escolas brasileiras, de maneira intencional e sistemática, começou na década de 30. Ela chegou às escolas e nos organizadores de classe por impulso empresarial. Nessa época, a Orientação Educacional tinha um suporte teórico que valorizava a estrutura organizacional e o funcionamento da escola, tratando com indiferença a totalidade da vida do educando. Dessa forma, todo e qualquer assunto que dissesse respeito aos alunos se reduzia à identificação de problemas disciplinares e aplicações de punições.

A função de orientador educacional, objetivava-se solucionar situações de indisciplina, realizando assim a aplicação de punições, que na maioria das vezes era severa e rígida. Neste período, o orientador prezava pelo bom funcionamento da instituição, de maneira totalmente organizacional, como se fosse uma empresa, em que se ignorava a história de vida do aluno e o meio em que ele estava inserido, não sendo um trabalho humano, mas tecnicista.

Após isto, a supervisão escolar no Brasil foi identificada pela primeira vez a partir da Reforma Francisco Campos – Decreto-Lei 19.890 de 18/4/1931, mas com a função de apenas fiscalizar, ainda permanecendo com a nomenclatura de inspetor.

Já com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada pelo Decreto-Lei 4.244 de 9/4/1942, no artigo 75, parágrafo 1º aponta que: “A inspeção, far-se-á, não somete sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica”, determinando assim, a função de inspetor (RANGEL, 2001). Sendo definida a função do inspetor, de não somente fiscalizar e sim a orientar pedagogicamente, buscando auxiliar professores e alunos.

Em 1953, com o desenvolvimento da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), pelo Decreto-Lei 34.638 de 14/11/1953, objetivava-se em proporcionar melhorias no ensino, ofertando aos inspetores, capacitação e fundamentação para atuarem nas escolas (RANGEL, 2001), como também “[...] (1) as atividades relacionadas à Orientação Educacional (OE); (2) a produção bibliográfica; e (3) os cursos de orientação para exames de suficiência”. (PINTO, 2000, p. 9).

Ainda na década de 50, com o apoio dos Estados Unidos, o Brasil modifica a finalidade da inspeção, que já surge com a denominação de supervisão, mesmo que superficialmente, com o intuito de promover a educação como transformação social (RANGEL, 2001). Inicia-se, a partir disto, o PABAEE – Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar, com a formação da primeira turma de supervisores escolares, que atuariam no ensino brasileiro, a fim de auxiliar o professor leigo. Com isto, houve uma ênfase em métodos e técnicas de ensino, realizando mudanças na década de 60.

Em 1961, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – lei 4.024 de 20/12/1961, as mudanças e renovações voltaram-se para o “Ensino Primário”. O artigo 52, da referida lei, prevê que os inspetores necessitavam de formação, enfatizando que: “o ensino normal tem pôr fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relacionados à educação da infância” (LDB, 1961, p.10).

A partir desta lei, ficou estabelecido que os governos, tanto municipais quanto estaduais, deveriam assumir as organizações de serviços educativos, definir metas e auxiliar financeiramente e com assistências técnicas, as instituições de ensino e profissionais (CARLOS; LODI, 2012). Neste sentido, o Governo Federal necessitava da inspeção da

qualidade de ensino, visto que foram definidas metas para a educação e então, o supervisor escolar passou a monitorar a qualidade e também a buscar melhorias para o ensino.

De acordo com Pimenta (2000), inicia o aparecimento da supervisão escolar, com o Parecer nº 252/69, emitido pelo Conselho Federal da Educação (CFE), o qual implementa no currículo dos cursos de Pedagogia, a formação e título de especialistas em algumas áreas, sendo elas: “Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar e manteve a formação de professores para atuarem no Ensino Normal” (CARRIJO *et al*, 2016, p.2). A partir deste parecer de 1969, o currículo era organizado com conteúdos e disciplinas básicas em comum a todas as modalidades e outra parte específica, de acordo com a habilitação escolhida.

Após isso, as escolas começam a buscar especialistas em educação, para fiscalizar o trabalho de professores e alunos. Pimenta (2000) aponta que na década de 60 e 70, o supervisor tinha como função auxiliar os professores em que concerne a qualidade do desempenho, como também, a avaliação do processo, ou seja, do produto final.

Nesta mesma época, o orientador pedagógico atuava especificamente com os professores, já o supervisor era responsável pela aprendizagem dos alunos. Ambos deveriam organizar atividades com o intuito de aproximar escola e comunidade, organizar arquivos pessoais de alunos e participar ativamente do processo de orientação educacional. Os diretores e responsáveis pela administração escolar das instituições de ensino tinham funções voltadas para a melhoria do processo de aprendizagem dos alunos, controle do livro de matrículas dos alunos, livro ponto dos docentes, administração do patrimônio escolar, controle de finanças da escola, registros no livro de atas das reuniões sociais, relatórios de festas escolares, etc.

Nos anos 70, a supervisão se fortificou com a nova Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, lei 5.692/71, a qual denominou supervisão educacional, designando atividades para tal função, como: assistência técnico pedagógico e inspeção administrativa. Em um cenário nacional, a supervisão escolar tomou como função principal, o controle da produtividade do trabalho docente (RANGEL, 2001). Neste período, a função da supervisão foi definida em nível central, regional e local, a qual garantia a eficiência do trabalho docente e também das tarefas educativas.

Na década de 80, Libâneo (2001) descreve que a escola começou a ser afetada pelas mudanças ocorridas na sociedade, sendo requisitada a repensar o papel dos profissionais, sua prática e o fazer pedagógico. Nos anos 90, a função de supervisor escolar difundiu-se no

Brasil e foi inserida nos processos pedagógicos, auxiliando a coordenação de atividades, estudos e atualização dos professores.

Todavia, observa-se uma flexibilização na formação desse profissional, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB 9394/96), que em seu artigo 64, define que

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996, p.27).

Na sequência, são organizadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia (Resolução CNE/CP n. 1, de 15/5/2006) em qual o pedagogo deixa de ser o especialista e passa a assumir uma posição de generalista, ou seja, o profissional que pode atuar tanto em espaços formais como não formais. Reflexões e questionamentos são feitos sobre a identidade desse profissional, dada a imprecisão conceitual, em uma formação ampliada e predominância do caráter instrumental. Neste sentido, Libâneo (2021, p. 2) aponta que: “Não está claro se cabe ao curso apenas propiciar competências para o professor *participar* da organização e da gestão ou prepará-lo para *assumir* funções na gestão e organização da escola.” (grifos do autor).

Em 2012, foi aprovado o Decreto Regulamentar nº 26/2012, que regulamentava o quesito de avaliação das instituições escolares e define a função do supervisor escolar como aquele que avalia o desempenho docente. Gaspar, Seabra e Neves (2012, p. 47) descrevem que esta Lei possui como ideia central “[...] a avaliação externa, centrada na observação de aulas e no acompanhamento da prática pedagógica e científica do docente”. Observa-se que deste modo, o supervisor escolar, por meio dos resultados obtidos nas avaliações, pode agir de maneira mais certa, sabendo os quesitos que devem ser melhorados e mais desenvolvidos.

Em um período mais atual, a função de avaliar o desempenho docente e acompanhar o ensino e aprendizagem das instituições escolares, é de responsabilidade de um profissional pedagogo, em que sua nomenclatura varia entre supervisor escolar/educacional, orientador educacional e coordenador pedagógico, de acordo com a região e documentos que regem a função.

O Supervisor (a) Escolar e suas atribuições

Partindo do sentido etimológico da palavra supervisão, levamos em consideração que está vem do Latim “super” e “vídeo”, com o significado de sobre ver, ou seja, este tem a função de olhar por cima, olhar além e diferente dos demais. Podemos descrever que o supervisor, “olhando por cima”, tem o intuito de controlar o que o outro faz, controlar suas ações, mas em um sentido positivo, esse olhar tem o intuito de contribuir para o bom desenvolvimento de ensino e aprendizagem e da escola como um todo.

O supervisor escolar possui um papel extremamente relevante, tanto por ser responsável por um ambiente coletivo de discussões dentro do meio escolar, quanto por articular, estimular e coordenar atividades.

No Brasil, ainda não há documentos que preveem legalmente a profissão do supervisor escolar, somente houve a tramitação de um Projeto de Lei 4.106, de 2012, que Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional. Este Projeto de Lei (2021, p, 04) descreve que, cabe ao supervisor escolar:

- I- Participar, em conjunto com a comunidade escolar, na elaboração/atualização do Regimento Escolar;
- II- Divulgar informações do educando para a família, integrando-os com a escola;
- III- Acompanhar turmas e horário escolar, além de mobilizar os professores para buscar melhorias no ensino-aprendizagem;
- IV- Supervisionar o cumprimento de dias letivos e horas/aulas estabelecidos legalmente;
- V- Propiciar condições para a formação dos professores;
- VI- Orientar e acompanhar os professores no planejamento e desenvolvimento dos conteúdos;
- VII- Planejar e coordenar atividades de atualização no ambiente escolar;
- VIII- Sondar interesses, aptidões e habilidades dos alunos;
- IX- Acompanhar a proposta pedagógica, auxiliando aluno e professor em diversas situações;
- X- Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, buscando reduzir índices de evasão escola, repetência e qualificar o processo de ensino-aprendizagem;
- XI- Valorizar a iniciativa e projetos da comunidade escolar.

Destaca-se que o referido projeto foi rejeitado pela Comissão de Educação do Congresso Nacional, no qual o relator na ocasião, Deputado Jean Wyllys, aponta em seu relatório que

Atualmente, o perfil de formação que os cursos de pedagogia promovem não trabalham mais na ideia de especialista, mas do profissional de educação que atua em diversas funções, dentre elas a de supervisor.

Dessa forma, ao aprovar este Projeto de Lei, estaríamos restringindo a atuação de profissionais que têm, em sua formação, a habilitação para desempenhar a função de supervisor escolar. (WYLLYS, 2013, p. 02)

O projeto de lei, com pareceres divergentes pelas comissões o qual passou, teve sua última tramitação em 05/03/2020, que se trata da apresentação do Requerimento n. 390/2020, pela Deputada Maria do Rosário (PT/RS), requerendo a inclusão na Ordem do Dia o Projeto.

A partir do referido projeto, observa-se muitas atribuições a cargo do supervisor escolar, mas por outro lado, sabe-se que na prática há outras tantas, que acabam por sobrecarregar este profissional, até mesmo desvios de função, em que estes atuam e realizam tarefas de gestores das escolas.

Souza *et al* (2017), comentam que diante de suas atribuições, bem como visando a qualidade do ensino e aprendizagem, o supervisor escola deve atuar pautando-se em uma ação crítica, construtiva e participativa. Desta forma, deve desenvolver um trabalho articulado, coerente e lógico, com toda comunidade escolar acerca do seu saber-fazer pedagógico.

Portanto, o supervisor escolar necessita de atualização constante, para que tenha como objetivo, o aperfeiçoamento dos professores, compreendendo seu potencial, personalidade, qualidade e fazer com todos contribuam para um planejamento pedagógico de acordo com o que a instituição propõe e o educador sabe fazer. Levando isto em consideração, questiona-se se a supervisão escolar é uma temática pesquisada consideravelmente ou acaba por ser esquecida. Para uma melhor compreensão destas questões, o próximo item apresentará uma pesquisa de Estado de Conhecimento, com a finalidade de verificar sobre os trabalhos científicos que tratam do tema, bem como as reflexões advindas dos mesmos, as fragilidades e as lacunas.

Estado de conhecimento: aspectos gerais sobre pesquisas que tratam da supervisão escolar

O estado do conhecimento, uma das formas utilizadas em um estado da arte, é uma pesquisa de cunho bibliográfico, que visa aprofundar-se em determinada temática. Zanlorenzi (2018) aponta que esse tipo de pesquisa tem o intuito de realizar um parâmetro sobre as pesquisas já realizadas anteriormente, prezando analisar o objeto, pressupostos teóricos, além de novos estudos na área.

Morosini e Fernandes (2014) comentam que a construção do Estado do Conhecimento possibilita uma visão ampla de pesquisas ligadas ao objeto de estudo de que se trata. Trabalhos deste cunho permitem uma noção abrangente do interesse de nível acadêmico, fornecendo um mapeamento de ideias existentes e estabelecendo novos caminhos para outras pesquisas. Ou seja, a partir de levantamentos realizados, elabora-se um recorte temporal, definido pelo pesquisador, estruturando um campo de conhecimento, identificando temáticas emergentes, além de observar lacunas e campos que são poucos explorados, possibilitando pesquisas futuras.

O trabalho de Estado de Conhecimento, que será apresentado, foi realizado no banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICIT), no campo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para isto, utilizou-se o descritor “supervisão escolar”, em que se obteve como resultado quatrocentos e vinte e quatro (424) teses e dissertações de todo o Brasil e instituições de ensino superior, com pós-graduação. O recorte temporal da pesquisa, definiu-se de 2002 a 2019, sendo este o período em que foram encontradas pesquisas acerca da temática.

Ao realizar a análise dessas teses e dissertações encontradas no acervo do IBICT, constatou-se que apenas trinta e quatro (34) documentos, realmente falavam sobre a temática da supervisão escolar especificamente, as demais, citavam sobre assuntos diversos, como supervisão de estágio, supervisão clínica de psicologia, dentre outros. A partir dos resultados encontrados, as teses e dissertações foram analisadas e divididas por assuntos que predominavam, sendo eles: formação continuada; histórico da supervisão escolar; função do supervisor escolar; políticas educacionais; prática pedagógica; identidade profissional e formação inicial.

A partir dos assuntos acima descritos, pode-se observar as principais temáticas pesquisadas nos programas de pós-graduação, mais especificamente mestrado e doutorado, sobre supervisão escolar. Neste sentido, destacaram-se dois assuntos que sobressaíram na pesquisa, sendo em maioria a prática pedagógica e em minoria políticas, como apresenta o gráfico abaixo:



Gráfico 1: Resultado da pesquisa de estado de conhecimento em teses e dissertações sobre supervisão escolar.

Fonte: Autores, 2020.

Sobre o gráfico acima, nota-se que 6% das teses e dissertações encontradas, refere-se sobre formação inicial e políticas; 9% sobre identidade profissional; 12% sobre o histórico da supervisão escolar e função do supervisor escolar; 20% evidenciava sobre a formação continuada e 35% das pesquisas são sobre prática pedagógica. Portanto, cabe refletir acerca das temáticas que mais e menos são pesquisadas, dentre as teses e dissertações sobre supervisão escolar, sendo a prática pedagógica e políticas.

Nas pesquisas encontradas, observa-se que sobre a prática pedagógica, os autores das teses e dissertações acabam por fixar-se na visão do supervisor que auxilia os professores, sendo um ajudante e deixam de discutir políticas, o que é de extrema importância. Ainda, o supervisor escolar, mesmo sendo membro da equipe gestora, apresenta uma maior proeminência em um aspecto pragmático, no qual muitas vezes é eleito somente para cumprir um determinado protocolo que deve ser seguido, mas deixa de atuar da maneira que consta no projeto político pedagógico da instituição.

Quando se pensa em formação continuada, Bertotti (2018) descreve que esta é fundamental para cobrir lacunas que foram deixadas durante a formação inicial, sempre pautando-se na ação-reflexão-ação e demandas apresentadas pela comunidade escolar, priorizando um ensino de qualidade. Neste sentido, com a formação continuada, há possibilidades de entrar em contato com novas metodologias, tecnologias e outros quesitos que englobam o processo de construção de conhecimento, tanto dos docentes, da equipe escolar e também do educando.

Sobre a temática descrita como histórico, destaca-se que os autores das teses e dissertações que tratavam por esse aporte, descreveram sobre a trajetória da supervisão escolar, basicamente no Brasil e como foi seu desenvolvimento em um recorte temporal. Silva (2018, p.37), autora da dissertação “O desenvolvimento da profissionalidade docente dos professores de educação infantil no curso de pedagogia com o apoio de projetos de formação e de supervisão”, destaca que:

O estudo sobre o percurso da supervisão de ensino se destaca em virtude das discussões realizadas por pesquisadores da área educacional interessados em refletir sobre as atribuições da profissionalização da supervisão de ensino, sua atuação e análise de termos de visitas às Unidades Escolares.

Portanto, os autores que buscaram pesquisar sobre o apanhado histórico da supervisão escolar, acabam por considerar as atribuições a este profissional, além de sua atuação no campo educacional, fazendo um resgate do surgimento do termo atrelado à industrialização. Com isto, é possível que haja uma compreensão de como foi implementada a supervisão escolar nas instituições de ensino e com qual seu intuito/função.

Sobre a função do supervisor escolar, outra temática que pode ser observada nas teses e dissertações, Silva (2010, p.8) descreve que

[...] a supervisão se identifica com os objetivos da escola visando à formação integral do educando e o atendimento das necessidades sociais. A característica primordial da supervisão de ensino é exercer uma liderança comprometida com a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Os profissionais que atuam com supervisão escolar, fazem parte da gestão escolar, ou seja, sua função propriamente dita que deve estar ligada com a necessidade de melhorias no processo de ensino-aprendizagem. Para que isto ocorra, o supervisor deve atuar com os professores e também com os alunos, buscando métodos, tecnologias e afins que podem auxiliar neste processo. Por outro lado, deve-se ter cuidado para que os supervisores não sejam somente ajudantes do professor ou um “faz-tudo” da instituição, mas que leve em consideração o que é previsto no projeto político pedagógico para a sua função.

Em grande maioria, as teses e dissertações encontradas no IBICT, comentavam sobre a prática pedagógica do educador, a qual é interligada diretamente com o auxílio ao professor ou às questões administrativas, que muitas vezes não cabem somente a este profissional. Acerca disto, Silva (2010, p. 11) descreve que:

O universo da supervisão de ensino é plural e inclui desde ações rotineiras que qualquer gestor tem condições de resolver, até ações emergenciais que fogem da área educacional e comportam implicações jurídicas, para as quais o supervisor não tem formação específica para um melhor encaminhamento, ou seja, muitas vezes suas atribuições extrapolam o seu campo de atuação, tornando-o um generalista.

Levando em consideração a afirmação de Silva (2010), o supervisor escolar, em sua prática pedagógica, deve pensar sempre na aprendizagem do educando e na qualidade da mesma. Por outro, deve haver cuidado durante sua atuação, para que não haja um desvio generalizado de função.

Sobre a identidade profissional, Luz (2009, p.47) considera que “[...]a identidade se configura como uma totalidade. Nossa identidade é uma, contudo uma totalidade contraditória, múltipla e mutável. Somos unos na multiplicidade e na mudança; somos uma unidade de contrários”. Ou seja, apesar da universalidade encontrada nos seres humanos, há muitas singularidades, o que torna cada indivíduo único, visto que cada um tem experiências e vivências diferentes dos demais. Pensando na supervisão escolar, cada profissional constitui a sua identidade de uma maneira, levando em consideração o que já viveu anteriormente, o meio em que a instituição está inserida, etc.

Outra temática encontrada nas teses e dissertações foi sobre formação inicial, em que há algumas críticas referente a isto, em qual os autores comentam que há muitas lacunas na formação inicial e que estas precisam ser sanadas com a formação continuada. Neste sentido, sabe-se que com a amplitude que a docência tem, há pouco tempo realmente para se estudar sobre tudo em um determinado tempo, mas que assuntos mais específicos devem ser abordados com especificidades na pós-graduação.

Ao pensar nas políticas educacionais, como um assunto pouco discutido dentre a supervisão escolar, deve haver uma preocupação, visto que acerca desta função encontra-se poucos documentos que regem o supervisor escolar, também como não asseguram sua atuação.

Ao discutir as políticas e a supervisão escolar, uma questão presente nos trabalhos é que o conhecimento das políticas educacionais é fundamental e indispensável ao supervisor escolar, visto que ele é membro da gestão escolar e que para se ter uma educação de qualidade, é necessário falar sobre política. Saviani (2002) comenta que o supervisor tem uma função fundamentalmente política e não somente técnica. O autor destaca isto, visto que na

educação há a essencialidade da política, o que pode ser elencada com uma participação democrática na gestão e funcionamento da instituição como um todo.

Desta forma, este profissional torna-se um “faz-tudo” na escola e com tantas atribuições ao cargo, não se discute sobre políticas educacionais, práticas pedagógicas, formação continuada e mesmo se pensando tanto em educação de qualidade, isso fica de lado, por não haver discussões acerca da temática expressa.

Considerações Finais

O supervisor escolar, durante sua trajetória histórica, passou por diversas nomenclaturas e funções, mas sempre sem regulamentação. Mas em um período atual, nota-se que mesmo com tantos avanços, ainda há muita escassez de documentos que norteiam a função do supervisor e acabam por deixá-lo com diversas atividades nas instituições escolares.

Dentro das escolas, o supervisor escolar é considerado fundamental para o funcionamento da instituição, mas por outro lado, não se deve generalizar e deixar com que este profissional se desvie da sua função pedagógica.

O trabalho apresentado, de cunho bibliográfico com estado de conhecimento, objetivou-se em realizar parâmetros com pesquisas já realizadas sobre a temática de supervisão escolar, evidenciando como o supervisor escolar é descrito.

Utilizando o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no campo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com a palavra-chave “supervisão escolar”, foram encontradas 424 teses e dissertações, mas após análise, constatou-se que apenas 34 eram sobre a temática da pesquisa. Dentre estas encontradas, aconteceu uma categorização, sendo: formação continuada; histórico da supervisão escolar; função do supervisor escolar; políticas educacionais; prática pedagógica; identidade profissional e formação inicial.

Durante a análise dos trabalhos encontrados, bem como a divisão por temáticas proeminentes das pesquisas, notou-se que há uma predominância sobre a prática pedagógica e uma escassez de pesquisas sobre políticas educacionais. Isto pode ser visto como uma fragilidade, sendo que o supervisor necessita de discutir políticas públicas e não somente ser um “auxiliar do professor”, como emana os textos encontrados.

O supervisor deve ser um profissional político e crítico, sendo capaz de conduzir um grupo, coordenar e estimular a compreensão de sua prática. Este profissional, mesmo sem documentos que norteiam sua função, deve levar em consideração o que consta no Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, a qual atua, auxiliando o professor no ensino e os alunos na aprendizagem, de maneira que haja reflexão e discussões sobre o que acontece e necessita de mudanças.

Conclui-se que, nas pesquisas encontradas, poucas realmente discutem acerca da temática de supervisão escolar e um dos motivos que se observa é mudança dos cursos de Pedagogia de especialista para o profissional generalista, não havendo mais as habilitações. Todavia, uma vez que muitas instituições de ensino públicas e privadas utilizam essa denominação, faz-se mister problematizar a função do profissional da educação que assume a função nas escolas, muitas vezes sem a necessidade de ter formação em pedagogia, conforme os estatutos do magistério. O mérito da questão não envolve apenas questões da prática pedagógica, mas principalmente política, fato que pode ser observado no número menor de pesquisa por esse viés, e que aponta a necessidade premente de discussões sobre a função desse profissional como partícipe da gestão escolar.

Referências

AMADO, Cybele. MONTEIRO, Elisabete. **Coordenação Pedagógica em foco**. Ano XXII, Boletim 1, abril 2012.

ANDRADE, Márcia Regina Selpa de; ANJOS, Rozidete Domingues dos. As Interfaces da Atuação do Coordenador Pedagógico: Contribuições aos Docentes. In: **VII Congresso Nacional De Educação-EDUCERE**, Curitiba. Anais do VII Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2007. p. 4015-4025. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/427846-As-interfaces-da-atuacao-do-coordenador-pedagogico-contribuicoes-aos-docentes.html>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

BERTOTTI, Solange Arnoldt. **A atuação da supervisão escolar em relação à formação continuada de professores: uma análise em oito escolas de anos iniciais do ensino fundamental em Cacoal/Rondônia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7779>>. Acesso em: 08 set. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61>. Acesso em 10 ago. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 4.106, de 2012.** Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=549345>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso: 10/09/2022

CARRIJO, Walnélia Benigno Magalhães; et al. A Formação Inicial De Professores No Curso De Pedagogia: Reflexões De Pedagogos Sobre O Seu Processo Formativo No Curso De Licenciatura Plena Em Pedagogia Da Universidade Do Estado Do Pará – Uepa. **Criar Educação**, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2887>>. Acesso em: 01 set. 2020.

CARLOS, Jociane Aparecida; LODI, Ivana Guimarães. A prática pedagógica em supervisão escolar: a importância da inter-relação entre o supervisor pedagógico e o corpo docente. **Evidência**, Araxá, v. 8, n. 8, p. 55-66, 2012. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1375113555.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. Educação. O sonho possível. In: Brandão, C. R.; Chauí, M. S.; Freire, P. **Educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GASPAR, Ivone; SEABRA, Filipa; NEVES, Cláudia. A supervisão pedagógica: significados e operacionalização. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**. Universidade Católica Portuguesa. 2012.

LIBÂNIO, José Carlos. Diretrizes Curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 843-876, out. 2006.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUZ, Anízia Aparecida Nunes. **Supervisão Escolar: A História, o Processo de Formação e a construção da Identidade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade

Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Disponível em:

<<https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/handle/123456789/1667>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n.2, p. 154-164, jul./dez., 2014. Disponível em:

<[http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8646/2/42.Estado%20do%20Conhecimen to....pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8646/2/42.Estado%20do%20Conhecimen%20to....pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2020.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2000.

PINTO, Diana Couto. Campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário: uma trajetória bem-sucedida? In: **I Congresso Brasileiro de História da Educação**, 6-9 nov. 2000. Rio de Janeiro. Anais. Disponível em:

www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/044_diana_couto.pdf. Acesso em: ago. 2020.

RANGEL, Mary (org.). **Supervisão Pedagógica: princípios e prática**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

RISCAL, Sandra Aparecida; OLIVEIRA, Beatriz Alves de; BALDAN, Merilin. **A Coordenação Pedagógica e a Gestão Democrática**. São Carlos: Pixel, 2016.

SAVIANI, D. **Educação: Do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

SILVA, José Dujardis da. **A supervisão de ensino e o fortalecimento do espaço democrático na escola pública**. 2010. 381 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em:

<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251428>. Acesso em: 2 mar. 2020.

SOUZA, Mariana Barbosa; SKOLAUDE, Mateus Silva; COSTA, João Paulo Reis;

SOUZA, Bibiana Barbosa de. Desafios da Supervisão Escolar: o papel do supervisor escolar no planejamento participativo-escolar. **Conjectura: Filosofia e Educação**. Caxias do SUL, v. 22, n. 3, p. 482-499, set/dez. 2017. Disponível em:

<<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/4278/pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

WYLLYS, Jean. **Relatório Projeto de Lei 4.106, de 2012**. Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=549345>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ZANLORENZI, Cláudia Maria Petchak. A imprensa periódica na pesquisa em história da educação: um estado de conhecimento. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n. 2, abr./jun. 2018. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652374>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

Recebido em: janeiro 2022.
Aprovado em: julho 2022.